



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

TACIANA DOS SANTOS SILVA

TATIANE DE SOUSA POMPEU

**A FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO LICENCIANDO NO
CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS III - CCHSA DA UFPB**

BANANEIRAS - PB

2024



CamScanner

TACIANA DOS SANTOS SILVA

TATIANE DE SOUSA POMPEU

**A FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO LICENCIANDO NO
CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS III - CCHSA DA UFPB**

Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, Campus III – Bananeiras, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Rebelo Martins

BANANEIRAS - PB

2024



CamScanner

Ficha Catalográfica elaborada na Seção de Processos Técnicos
Biblioteca Setorial de Bananeiras - UFPB/CCHSA-CHÃ
Bibliotecária-Documentalista: David Kilder Gomes da Silva – CRB 15/887

S586f Silva, Taciana dos Santos

A formação inicial em educação inclusiva do licenciado no curso de Pedagogia do campus III - CCHSA da UFPB / Taciana dos Santos Silva, Tatiane de Sousa Pompeu. – Bananeiras, 2024.

29 f.

Orientador: Dr. Maurício Rebelo Martins.
TCC (Licenciatura em Pedagogia) - UFPB/CCHSA.

1. Inclusão. 2. Educação. 3. Pedagogia. 4. Formação. I. Pompeu, Tatiane de Sousa. II. Martins, Maurício Rebelo. III. Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias. IV. Título.

UFPB/CCHSA-CHÃ

CDU 37 (043)

TACIANA DOS SANTOS SILVA

TATIANE DE SOUSA POMPEU

**A FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO LICENCIANDO NO
CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS III - CCHSA DA UFPB**

Artigo orientado pelo Prof. Dr. Maurício Rebelo
Martins

Submetido ao Curso de Pedagogia no dia 9 de maio
de 2024

Aprovado em: 9 de maio de 2024

BANCA EXAMINADORA

MAURÍCIO R. MARTINS

Prof. Dr. Maurício Rebelo Martins

Orientador

Helen Halinne Rodrigues de Lucena

Profa. Dra. Helen Halinne Rodrigues de Lucena

Examinadora Titular



Documento assinado digitalmente
FABRICIA SOUSA MONTENEGRO
Data: 14/05/2024 15:46:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Fabricia Sousa Montenegro

Examinadora Titular

BANANEIRAS - PB

2024



CamScanner

**A FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO LICENCIANDO NO
CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS III - CCHSA DA UFPB
INITIAL TRAINING IN INCLUSIVE EDUCATION FOR GRADUATES IN THE
PEDAGOGY COURSE AT CAMPUS III - CCHSA OF UFPB**

Taciana dos Santos Silva
Tatiane de Sousa Pompeu¹

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de abordar a importância das instituições de ensino superior na formação inicial de professores para atuar na Educação Inclusiva. Para tanto, a principal questão deste estudo pode ser assim resumida: Como os licenciados do curso de Pedagogia do CCHSA/UFPB percebem a sua formação inicial para atuar na Educação Inclusiva? O interesse neste tópico surgiu primeiro a nível pessoal, pois no decorrer do curso percebemos que esse tema ficava restrito a poucas disciplinas. Além disso, estudar esta questão a partir de uma perspectiva acadêmica e científica pode contribuir para avaliarmos e, se necessário, operarmos mudanças que qualifiquem a formação voltada para inclusão. Diante disso, adotamos, como objetivo geral desse artigo, analisar como os licenciandos do curso de Pedagogia do CCHSA/UFPB percebem a sua formação inicial para atuar na Educação Inclusiva. E, como objetivos específicos, identificar no Projeto Político Curricular do Curso de Pedagogia do CCHSA, os componentes curriculares destinados à formação docente na perspectiva da Educação Inclusiva; refletir as possíveis dificuldades enfrentadas pelos discentes do curso de Pedagogia quando o tema é a inclusão e avaliar a opinião de licenciandos de Pedagogia sobre a abordagem da Educação Inclusiva na formação inicial. Do ponto de vista metodológico, primeiramente, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre a Educação Inclusiva e a Licenciatura em Pedagogia. A investigação é de natureza básica, de abordagem qualitativa e exploratória quanto aos objetivos. Os sujeitos desta pesquisa foram os Graduandos do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - Campus III - Bananeiras e que estão nos últimos períodos. Com relação aos procedimentos, utilizamos como instrumento para coleta de informações um questionário misto via google forms. Com base nos resultados, podemos afirmar que a maioria dos estudantes não se sente preparada para trabalhar com a Educação Inclusiva, uma vez que apontam a baixa carga horária das disciplinas voltadas para essa área como fator preponderante para uma formação deficitária. Outros destacam a falta de disciplinas mais práticas voltadas para Educação Inclusiva, sugerindo inclusive a criação de um estágio obrigatório em

¹ Graduandas do Curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, Campus III/UFPB.

Educação Inclusiva. Por fim, também verificamos que alguns desses estudantes argumentam que curso os preparou bem, pois estimula que o licenciado siga buscando formação durante toda a vida profissional.

Palavras-chave: Inclusão; Educação; Pedagogia; Formação.

ABSTRACT:

This article aims to address the importance of higher education institutions in the initial training of teachers to work in Inclusive Education. To this end, the main question of this study can be summarized as follows: How do graduates of the CCHSA/UFPB Pedagogy course perceive their initial training to work in Inclusive Education? The interest in this topic first arose on a personal level, as during the course we realized that this topic was restricted to a few subjects. Furthermore, studying this issue from an academic and scientific perspective can help us evaluate and, if necessary, implement changes that qualify training aimed at inclusion. Given this, we adopted, as the general objective of this article, to analyze how graduates of the Pedagogy course at CCHSA/UFPB perceive their initial training to work in Inclusive Education. And, as specific objectives, identify in the Curricular Policy Project of the CCHSA Pedagogy Course, the curricular components intended for teacher training from the perspective of Inclusive Education; reflect the possible difficulties faced by students on the Pedagogy course when the topic is inclusion and evaluate the opinion of Pedagogy graduates on the approach to Inclusive Education in initial training. From a methodological point of view, firstly, we carried out a bibliographical research on Inclusive Education and the Degree in Pedagogy. The investigation is basic in nature, with a qualitative and exploratory approach in terms of objectives. The subjects of this research were the undergraduates of the Pedagogy course at the Federal University of Paraíba - Campus III - Bananeiras and who are in their last periods. Regarding procedures, we used a mixed questionnaire via Google Forms as an instrument to collect information. Based on the results, we can say that the majority of students do not feel prepared to work with Inclusive Education, as they point to the low workload of subjects focused on this area as a preponderant factor for poor training. Others highlight the lack of more practical subjects focused on Inclusive Education, even suggesting the creation of a mandatory internship in Inclusive Education. Finally, we also found that some of these students argue that the course prepared them well, as it encourages the graduate to continue seeking training throughout their professional life.

Keywords: Inclusion; Education; Pedagogy; Formation.

1 INTRODUÇÃO

O tema da inclusão vem sendo debatido há muitos anos. Na primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, a lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, havia uma preocupação com a formação de Pedagogos com disciplinas relacionadas especificamente ao público da Educação Especial (Deimling, 2013, p. 239). Contudo, foi a partir da Declaração de Salamanca (1994), entre outros movimentos na década de 90 e início dos anos 2000, que esse debates ganharam contornos mais destacados para o campo da educação.

O processo de inclusão de crianças e jovens com deficiências e/ou transtornos talvez seja o maior desafio da educação num cenário onde as escolas e a formação dos docentes não foram pensadas para esse fim. A chegada desse público, que antes estava excluído das instituições formais de ensino, exige, especialmente do corpo docente, mudanças que são conceituais e práticas.

Nesse sentido, o trabalho que agora apresentamos, visa tratar da importância das instituições de Ensino Superior para a formação de professores preparados para atuar nesse novo cenário. Para tanto, o problema orientador desta pesquisa pode ser resumido na seguinte pergunta: Como os licenciados do curso de Pedagogia do CCHSA/UFPB percebem a sua formação inicial para atuar na Educação Inclusiva?

O interesse por essa temática surgiu, primeiro em nível pessoal, porque no decorrer do curso sentimos a necessidade de mais disciplinas que tratem especificamente da formação de professores voltada para inclusão de crianças e jovens com deficiências e/ou transtornos. Além disso, do ponto de vista acadêmico e científico, estudar essa problemática é uma forma de identificar se a nossa percepção não está equivocada. Quer dizer, não é nosso objetivo confirmar nossa percepção, mas averiguar com os estudantes do curso o que eles pensam sobre a formação que recebem e os desafios da inclusão. Entendemos que os resultados da pesquisa podem contribuir para o próprio curso de Pedagogia pensar em suas práticas e ofertas de componentes curriculares.

Do ponto de vista político e social, entendemos que nossa pesquisa é importante, pois pode ajudar os cursos de licenciaturas a pensar com mais cuidado na formação de um profissional que irá enfrentar os desafios da inclusão. Afinal,

embora a arquitetura e a infraestrutura sejam muito importantes, no processo de inclusão importa também a exigência de profissionais qualificados para atender e ensinar todos e todas, independentemente das suas diferenças.

Estudar o estado atual dos cursos de formação de professores contribui para avaliarmos e, se necessário, operarmos mudanças que qualifiquem a formação voltada para inclusão. Diante disso, adotamos, como objetivo geral desse artigo, analisar como os licenciandos do curso de Pedagogia do CCHSA/UFPB percebem a sua formação inicial para atuar na Educação Inclusiva. E, como objetivos específicos, identificar no Projeto Político Curricular do Curso de Pedagogia do CCHSA, os componentes curriculares destinados à formação docente na perspectiva da Educação Inclusiva; refletir as possíveis dificuldades enfrentadas pelos discentes do curso de Pedagogia quando o tema é a inclusão; avaliar a opinião de licenciandos de pedagogia sobre a abordagem da Educação Inclusiva na formação inicial.

Ao desenvolver essa pesquisa, podemos destacar que escolhemos uma pesquisa de natureza básica, de abordagem qualitativa e exploratória quanto aos objetivos. Os sujeitos desta pesquisa foram estudantes do curso de Pedagogia do CCHSA/UFPB que já cursaram os componentes curriculares voltados para Educação Inclusiva e que estão próximos de concluir o curso. Para os fins desse trabalho, com relação aos procedimentos, adotamos uma pesquisa bibliográfica e documental seguidas de uma pesquisa de campo. Assim, fizemos leituras da bibliografia citada no fim desse trabalho e adotamos um questionário misto via Google Forms com o objetivo de coletar as informações necessárias para os fins da nossa pesquisa.

Apresentamos nosso artigo, dividindo-o na seguintes seções: primeiro, vamos tratar da distinção entre Educação Especial e Educação Inclusiva; em seguida, vamos tratar da formação docente na perspectiva da Educação Inclusiva; na sequência, apresentamos o caminho metodológico adotado, e, por fim, apresentação os resultados e as discussões. Assim, seguindo didaticamente esse caminho, desejamos revelar a importância da formação inicial do docente visando a construção de instituições educacionais verdadeiramente inclusivas.

2 Educação Inclusiva

Embora muitas vezes Educação Especial e Educação Inclusiva sejam usadas como sinônimos, elas não são a mesma coisa. Por um lado, a Educação Especial atende ao público de pessoas com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Por outro lado, a Educação Inclusiva é uma proposta que visa a inclusão na escola regular de todos e todas independente das suas diferenças. A Educação Inclusiva acredita que a escola é um espaço onde todos e todas podem conviver, colaborar e aprender juntos. Além disso, a convivência com as diferenças contribui para o desenvolvimento de importantes habilidades para a construção de uma sociedade mais democrática e capaz de lutar contra toda forma de preconceito. Segundo Mantoan (2003, p. 18):

A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas, em que sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que ” e “como” a escola ensina.

A inclusão de todos e todas nas escolas regulares é um dever do Estado brasileiro. E esse dever é muito importante para acabar com a concepção de que o lugar de estudantes com deficiências, transtornos e altas habilidades é na Escola de Educação Especial. As Escolas regulares podem conviver com as Escolas de Educação Especial, pois estas cumprem um papel fundamental de apoio especializado. O que não pode ocorrer é a substituição de uma pela outra. Quando um estudante frequenta apenas a Escola de Educação Especial ele é segregado do convívio que lhe é garantido pela constituição brasileira.

Vale ressaltar que quando matriculado numa turma regular, o estudante não pode ser separado da turma na sala, dentro da escola ou mesmo encaminhado para outra instituição. No turno inverso ao da turma regular, ele pode sim receber atendimento educacional especializado em outras instituições. Isso porque esse serviço contribui muito para o desenvolvimento e a aprendizagem que ocorrem na sala de aula regular.

Nesse sentido, para que a Educação Inclusiva aconteça na prática, é necessária uma reestruturação geral, visto que a escola deverá tornar-se aberta a

criação de novas possibilidades de aprendizagem e produção do conhecimento (Mantoan, 2003, p. 35). A inclusão é a possibilidade do novo. E as diferenças são a oportunidade de construirmos uma sociedade mais justa, democrática e capaz de enfrentar todas as formas de discriminação e exclusão. A escola inclusiva é aquela que deve acomodar todas as crianças independentemente de suas condições intelectuais, sociais, emocionais e outras.

O debate sobre a inclusão de estudantes com deficiências, transtornos ou altas habilidades vem se destacando em seminários, eventos, cursos e programas de pesquisa no campo da educação. No caso brasileiro, quem melhor representa essas discussões e pesquisas é Maria Tereza Mantoan. Ao conceituar inclusão e Educação Inclusiva, ela afirma:

Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro, e assim ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A Educação Inclusiva acolhe todas as pessoas sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que tem comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para toda a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro (Mantoan, 2005, p. 24).

Segundo a autora, a inclusão é um momento de interação com outro. Uma oportunidade de encontro com o diferente e de compartilhar vivências, ideais e valores. A escola verdadeiramente inclusiva deve ser um espaço que valoriza e estimula as diferenças. Essa prática permite que os estudantes aprendam uns com os outros. A troca de experiências e saberes culturais, sociais e morais ajuda para o amadurecimento de um indivíduo apto a participar de uma sociedade complexa e plural. Segundo Mantoan (2003, p. 91):

A escola prepara o futuro e de certo que, se as crianças aprendem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aulas, serão adultos bem diferentes de nós, que temos que nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão!

É importante destacar que a inclusão não está relacionada apenas aos estudantes com deficiências, transtornos ou altas habilidades. Incluir significa pensar em cada estudante de acordo com suas diferenças. Por muitos anos a escola vem excluindo por outras razões. Especialmente estudantes com dificuldades de aprendizagem são deixados para trás. Uma instituição educacional inclusiva



reconhece as várias formas de aprendizagem, valorizando e estimulando os estudantes. A consequência é o desenvolvimento da Autoestima, pois eles percebem que suas dificuldades não são limitações.

Nesse processo, o docente tem papel fundamental. É ele que tem contato diário na sala de aula com os estudantes. Suas escolhas de métodos e estratégias podem incluir ou excluir os estudantes com deficiências, transtornos ou altas habilidades. Contudo, percebe-se muita insegurança por parte do educador. Eles afirmam não estar preparados ou capacitados para atender esse público. Costumam sugerir que essa incapacidade está relacionada especialmente a sua formação inicial, que não os preparou adequadamente para uma Educação Inclusiva. É sobre ela que vamos tratar a seguir.

2.1 A formação inicial do(a) docente

Para falarmos mais sobre a formação docente, vale primeiro diferenciar a formação inicial da formação continuada ou permanente. No caso da primeira, falamos da formação em nível de licenciatura. Ou seja, aquela ofertada pelas instituições de ensino superior. Já a formação continuada é aquela desenvolvida durante toda vida profissional, seja em espaços formais ou não formais. Ambas são fundamentais para a construção da identidade profissional do docente. Mas para os fins da nossa pesquisa, vamos tratar da formação inicial.

Quando se trata de Educação Inclusiva, é importante que o educador esteja munido de uma formação profissional rica em conhecimentos teóricos e práticos que lhe preparem para atuar com todas as diferenças. Dai a importância da formação inicial, pois nela ele precisa ser exposto às teorias que tratam tanto da educação especial como da Educação Inclusiva. Mesmo que na sala de aula regular ele atenda igualmente todos os estudantes, ele precisa estar preparado para diversificar suas práticas de acordo com as dificuldades que encontrar. Segundo Lima (2006, p.123), “é essencial que os professores reconheçam sua própria importância no processo de inclusão, pois a eles cabe planejar e implementar intervenções pedagógicas que dêem sustentação para o desenvolvimento das crianças”.

É importante destacar que a formação inicial é um marco na docência. Nela o futuro educador tem a oportunidade de conhecer as situações que enfrentará no seu trajeto profissional. Na formação inicial ele deve ser estimulado a trabalhar coletivamente e a construir sua identidade profissional pautada pela reflexão, pela pesquisa, pelo aprimoramento e pela capacidade de criar soluções para os desafios que encontrar.

Segundo Mantoan (2003, p. 97), “a Educação Inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender às dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno”. Talvez o primeiro preceito que o educador que leva a sério a inclusão não pode ignorar é de que todos e todas podem aprender. Por mais simples que seja essa afirmação, a sua internalização colabora para a concretização de instituições educacionais inclusivas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 define no artigo 59, inciso III que “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, professores com especialização adequada em nível médio ou superior e professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. Embora com linguagem ultrapassada², podemos aqui avistar que a principal lei da educação brasileira preocupa-se com a qualificação do professor voltada para a Educação Inclusiva.

Nesse sentido, a formação inicial do(a) Pedagogo(a) é essencial para a construção de escolas inclusivas. Afinal, é ele/ela quem acolhe os estudantes com deficiências, transtornos, altas habilidades ou outras diferenças. É nas séries iniciais que esses estudantes enfrentam o limiar entre seguir estudando ou abandonar a escola. O atendimento do docente nesse fase pode contribuir para a constituição da autoestima necessária para o estudante seguir na escola.

O problema é que muitos pedagogos e pedagogas relatam que a sua formação inicial não os prepara adequadamente para Educação Inclusiva. Pelo contrário, muitos deles sequer tiveram acesso à componentes curriculares tratando da educação especial. Quando o tema é a inclusão, a expressão que mais ouvimos é “não me sinto preparado/a”.

A Declaração de Salamanca (1994) afirma que a criança tem o direito de aprender e ter em sala de aula um professor habilitado com formação adequada

² Não se usa mais a expressão necessidades especiais.

para trabalhar com as diferenças. Um ensino de qualidade deve ser ofertado independentemente das diferenças encontradas na sala de aula, pois toda:

[...] criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem, cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios, os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades, as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares que a elas se devem adequar através de uma pedagogia centrada na criança capaz de ir ao encontro destas necessidades (Declaração de Salamanca, 1994, p. 7).

A inclusão pressupõe sim escolas acessíveis e com materiais acessíveis. Mas só isso não garante a inclusão. Um professor qualificado favorece esse processo. Daí que a formação inicial é muito importante, pois ela prepara o profissional que sente-se mais confiante para trabalhar com as diferenças. Busca e encontra métodos e estratégias que ajudam todos e todas a aprender. O docente qualificado oferta situações diversificadas aos estudantes para que sua aprendizagem seja mobilizada.

A Educação Inclusiva pressupõe um docente preparado para flexibilização curricular, adaptações e avaliações diversificadas. Deve avaliar o processo de aprendizagem considerando como cada um aprende de acordo com suas diferenças. Nesse sentido, é importante favorecer o trabalho em colaboração com outros colegas e até mesmo professores especializados em Educação Especial. Uma postura de abertura, de diálogo, permite ao docente descobrir novas formas de ensinar e aprender.

O docente, como dissemos antes, após a sua formação inicial, deve buscar uma formação continuada que o qualifique ainda mais a trabalhar com as diferenças. Porém, para que isto ocorra, recomenda-se que eles tenham tido em sua formação inicial um bom aparato teórico e prático que os levem a enxergar a necessidade de se especializar ainda mais nos temas específicos da educação especial inclusiva.

Uma boa formação inicial qualifica o docente para trabalhar com crianças com deficiências, transtornos ou altas habilidades como para trabalhar com outras diferenças. O discurso da inclusão está muito presente em nossos cursos de formação inicial e até mesmo em outras instituições políticas e sociais. Contudo, ainda há muita integração seguida de segregação em nossas escolas. E não se trata

de má vontade do profissional da educação. Para além de todas as outras dificuldades enfrentadas, tais como falta de infraestrutura e de participação da família, eles não tiveram uma formação inicial que os preparasse para atender e ensinar crianças que apresentam algum tipo de dificuldade.

Para que todos os estudantes consigam desenvolver todas as suas habilidades, os docentes precisam de organização e preparação para diversificar seus métodos e práticas. A exclusão e a segregação são crimes. O compromisso com a inclusão requer analogamente um compromisso com a qualificação da formação inicial dos nossos docentes.

2.2 A formação do licenciado em Pedagogia

Como a inclusão é um tema que passou a ganhar destaque a partir dos anos 90, a formação de professores no Brasil só começou a se preocupar efetivamente com a temática a partir do início dos anos 2000. Antes disso, o debate e as pesquisas estavam concentradas especialmente em programas de pós-graduação e com alguns nomes destacados que tratavam de pesquisar e divulgar seus resultados para a comunidade científica.

A disciplina de Libras foi a primeira a romper o histórico dos cursos de licenciaturas que antes só eventualmente ofertavam componentes curriculares obrigatórios ou, muitas vezes, opcionais com temas de educação especial e inclusão. A língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) tornou-se obrigatória nas licenciaturas a partir da Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002. Apesar da obrigatoriedade já em 2002, esta política foi enfatizada e reformulada em mais dois documentos: Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 e o Parecer CNE/CP Nº2/2015.

A Reforma Universitária em 1969, mais precisamente com o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 252/69, instituiu para os cursos de Pedagogia que, “[...] ao reformular a estrutura curricular do curso, cria habilitações para a formação de profissionais específicos para cada conjunto de atividades” (Bissolli e

Silva, 2003, p. 26). Dessa forma, surgem as habilitações para as áreas de gestão, educação especial e, depois, educação infantil.

Isso quer dizer que, por muitos anos, aquele que desejasse se aprofundar em Educação Especial, deveria cursar Pedagogia com Habilitação em Educação Especial. De 1969 até 2006 assim funcionaram as licenciaturas em Pedagogia. Mas com a Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CB) nº 2 de 2001, que torna obrigatória a matrícula dos estudantes com deficiências, transtornos e altas habilidades em classes comuns do ensino regular, iniciam-se debates que culminam com as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2006, que, entre outras providências, extingue todas as habilitações do Curso de Pedagogia.

As alterações na legislação sobre os cursos de formação tiveram como consequência a reestruturação nos cursos de Pedagogia, o que resultou na extinção das habilitações. Até 2000, havia 31 cursos de Pedagogia com habilitações em Educação Especial, além de um único curso de nível superior no país, de licenciatura plena em Educação Especial. A extinção dessas habilitações eliminou o modelo mais tradicional de formação nessa área e em nível superior.

Como se vê, essa decisão do Conselho Nacional da Educação teve graves consequências para os cursos de Pedagogia, especialmente no campo da educação especial e da inclusão. Isso porque, tirando a disciplina de Libras, nenhum outro componente curricular da área da inclusão é obrigatório. A decisão de ofertar ou não fica a cargo de cada curso. A consequência, passados 18 anos, é que muitos cursos não ofertam disciplinas nessa área.

Hoje, quando os professores encontram crianças ou jovens com deficiências, transtornos ou altas habilidades, a insegurança é a primeira reação. Eles não se sentem preparados para atender esse público. Ao que parece, muito da resistência dos docentes está relacionada à falta de conhecimentos necessários para desenvolver qualificadamente seu trabalho com essas crianças e jovens.

Essa resistência ou falta de confiança em si mesmo, gera o que se chama de integração. Ou seja, os estudantes estão integrados às escolas regulares, mas não inclusos. Muitos desses estudantes fazem atividades separadas e diferentes do restante da turma. O docente, por não possuir conhecimentos e experiências com temas da educação especial, não sabe como proceder. Segundo Pocker, Martins e

Giroto (2013, p. 7):

A formação de professores para Educação Inclusiva precisa estar subsidiada em análises do conhecimento científico acumulados a respeito das competências e habilidades necessárias para atuar nessa nova perspectiva, ou seja, sua formação deve basear-se na reflexão e na criatividade.

O interessante é que, mesmo antes do fim das habilitações dos cursos de Pedagogia, o Conselho Nacional de Educação publica a Resolução CNE/CBE nº 2 de 2001. Nela, especificamente no Artigo 18 § 1º, destaca as capacidades que devem possuir um professor para atender o público da Educação especial:

São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores, afim de: a) perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a Educação Inclusiva; b) flexibilizar a ação pedagógica, nas diferentes áreas de conhecimento, de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem; c) avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais; d) atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

Conforme defende Mantoan (2003, p. 81), “formar o professor na perspectiva da Educação Inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais”. Assim, o pedagogo ou a pedagoga tem o desafio de ensinar sem diferenciação das aulas e dos conteúdos. A inclusão implica na promoção da aprendizagem de todos e todas. E esse é o grande desafio que os cursos de formação de Pedagogia precisam enfrentar no presente, pois, como enfatizam Glat e Nogueira (2003, p. 528), “considera-se que a formação de profissionais, principalmente dos professores, é essencial para a eficácia do processo e que o seu despreparo é uma das principais barreiras”.

A história da educação é marcada por metodologias tradicionais de ensino universal. Isto é, uma única metodologia para todos. Nesse caso, os estudantes precisam se adaptar a esse modelo universal. Os que não se adaptam são segregados ou excluídos. Nossos cursos precisam romper com essa barreira que acomoda de acordo com um paradigma da normalidade. A inclusão requer a adoção do paradigma da diferença. Reconhecer que as diferenças nos unem e não nos separam auxilia na construção de uma instituição educacional. De acordo com

Mantoan (2003, p. 36):

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para está ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um.

Sobre a formação do educador, recomenda-se repensar e remodelar os currículos das nossas licenciaturas, de modo especial, da Pedagogia. A inclusão requer que a formação do docente seja tratada como prioridade, pois ele é o principal responsável pelo processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, é muito importante que a formação inicial o prepare de forma que ele se sinta seguro e com a confiança necessária para buscar as soluções para os desafios da inclusão.

Os educadores devem estar aptos a analisar os níveis de desenvolvimento e conhecimento de seus estudantes, elaborar recursos e prever formas de avaliação que sirvam para atender e aprimorar as diferentes necessidades de cada um. Formar educadores é muito mais que informar ou repassar conceitos. É antes de tudo promover a formação de um profissional capaz de continuar se qualificando. Afinal, mesmo o melhor curso de licenciatura não é capaz de preparar para todas as situações que podem se apresentar. Mantoan (2003, p. 42) nos diz que:

Na formação em serviço, os professores reagem inicialmente à metodologia que tenho adotado, porque estão habituados a aprender de maneira fragmentada e essencialmente instrucional. Eles esperam uma preparação para ensinar os alunos com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem e problemas de indisciplina, ou melhor, uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pedagógico predefinidos às suas salas de aula, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas ditas inclusivas. Grande parte desses profissionais concebe a formação como sendo mais um curso de extensão, de especialização, com uma terminalidade e um certificado que convalida a capacidade de ser um professor inclusivo.

A discussão sobre a capacitação dos professores para atuar na Educação Inclusiva tem crescido a cada dia, englobando a educação continuada e inicial oferecida pelas instituições de ensino superior. Os professores têm um papel crucial na perspectiva inclusiva e isso recomenda uma formação com mais conhecimentos relacionados à educação de estudantes com deficiências, transtornos ou altas habilidades. Afinal, como destaca Oliveira (2012, p. 43) “[...] ninguém atende bem ou faz bem aquilo que não conhece: é preciso ter competência para lidar com as

diferenças e a competência se constrói no dia a dia da formação inicial e continuada”.

A formação de professores especialistas em educação especial enfrenta, como vimos anteriormente, obstáculos devido ao contexto problemático das reformas propostas para a formação de professores e à história dessa área específica de formação. Por isso Bueno afirma que, mesmo que a formação dos profissionais da educação seja um pilar fundamental para a inclusão, “pelo menos no que tange a uma política de formação docente, estamos longe de alcançar níveis qualitativos mínimos para a consecução de uma Educação Inclusiva” (Bueno, 1999, p. 17).

Ainda que estejamos distantes, como ressalta Bueno, não podemos desacreditar que é viável alcançar uma Educação Inclusiva de qualidade nas escolas regulares. É urgente que nós, estudantes e professores formados, não nos apeguemos à realidade presente e busquemos a formação continuada, seja oferecida pela própria instituição de ensino ou em cursos afins que serão necessários para cada um de nós.

3 CAMINHO METODOLÓGICO

Escolhemos uma pesquisa de natureza básica, de abordagem qualitativa e exploratória quanto aos objetivos. A escolha pela abordagem qualitativa se deve a sua capacidade de responder a questões muito particulares, sendo a que “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (Minayo, 1994, p. 21-22), o que é impossível de ser quantificado.

Os sujeitos que escolhemos para a nossa pesquisa foram nossos colegas de curso, Graduandos do curso de Pedagogia, que estão nos últimos períodos, pois já cursaram disciplinas como Libras e Políticas Sociais e Educação Especial. Alguns deles inclusive já atuam como professores e, dessa forma, já experimentam os desafios de trabalhar com um grupo de estudantes atípicos.

Para os fins da pesquisa, realizamos primeiro uma pesquisa bibliográfica e documental. Lemos e analisamos livros, artigos e leis que tratam da Educação

Inclusiva e, mais especificamente, sobre a formação do licenciado em Pedagogia. Elegemos as fontes que eram capazes de explicitar melhor as concepções pedagógicas mais relevantes sobre a inclusão e sobre a história dos cursos de Pedagogia. Ademais, por meio da pesquisa documental, procuramos conhecer o Projeto Político do Curso de Pedagogia do CCHSA.

A pesquisa foi desenvolvida na Universidade Federal da Paraíba - Campus III - Bananeiras, com 26 (vinte e seis) graduandos do curso de Pedagogia dos últimos períodos. Utilizamos como instrumento para coleta de informações um questionário misto via google forms, em que buscamos saber se o curso os capacita adequadamente para o trabalho com estudantes atípicos. A escolha desta ferramenta está relacionada à necessidade de registrar informações e verificar fatos em um curto espaço de tempo e para o aprofundamento da pesquisa.

Segundo Gil (2008, p. 115) entende-se por questionário “um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado”. O autor ainda afirma que o questionário é uma técnica útil e rápida na obtenção de dados e informações. Assim, nosso questionário foi dividido entre perguntas abertas e perguntas fechadas com alternativas de “sim” e “não”.

Por fim, para analisar e discutir os resultados, utilizamos o método hermenêutico-dialético. Utilizamos esse método porque examinamos as respostas dos discentes em relação ao contexto em que estão inseridos. Compreendemos que o método hermenêutico-dialético é o mais adequado para alcançar uma interpretação aproximada da realidade, uma vez que ele insere a fala em seu contexto para compreendê-la dentro da especificidade histórica e totalizante em que foi produzida.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para atender os objetivos da pesquisa, nesta sessão analisamos e discutimos os dados coletados através do questionário elaborado e respondido via google forms pelos graduandos do curso de Pedagogia do CCHSA da UFPB. Optamos por organizar e analisar os dados em Unidades Significativas, ponderando-os

cuidadosamente para dar luz ao tema da nossa investigação. Nesse sentido, para preservar a identidade de alguns dos estudantes que traremos aqui, os identificamos com nomes de flores: Dália, Girassol, Amarílis, Iris, Calíandra, Melissa, Angélica, Hortência, Jasmim, Helicônia e Violeta.

Vale destacar que mesmo estando entre os estudantes do final do curso, as pesquisadoras, para preservar a integridade dos dados, não responderam o questionário. Além disso, queremos esclarecer que nosso objetivo é apresentar as respostas dos estudantes e não fazer uma crítica ao curso de Pedagogia do CCHSA da UFPB. Pelo contrário, se os dados aqui apresentados contribuírem para o curso se aproximar dos estudantes e de um debate sobre as necessidades de sua formação focadas na Educação Inclusiva, então teremos cumprido com os nossos objetivos.

US 1 - Conhecendo o PPC do curso de Pedagogia do CCHSA da UFPB

Neste tópico, decidimos, antes de apresentar as respostas do questionário, apresentar as informações coletadas da análise do Projeto Político do Curso de Pedagogia do CCHSA. Criado no Campus III da UFPB em 2006, o Curso de Pedagogia foi instituído com base na LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Aprovado com a Resolução nº 24/2006 do CONSEPE, o curso teve uma remodelação que foi aprovada com a resolução nº 35/2012³.

É no Art. 4º que encontramos a composição curricular, integrante do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia. Ali são apresentados os conteúdos fixados de acordo com as especificações, sendo desdobrados em disciplinas. Eles estão divididos em conteúdos básicos profissionais e complementares, incluindo obrigatórios, optativos e flexíveis.

Podemos observar especificamente no caso da Educação Inclusiva a existência de duas disciplinas obrigatórias: Libras e Políticas Sociais e Educação Especial. No caso de Libras, o estudante pode cursar esse disciplina já no segundo

³ Tivemos acesso a esse PPC. Sabemos que o curso está novamente reformulando a composição curricular. Contudo, não tivemos acesso a esse documento.

semestre do curso. Por outro lado, a disciplina de Políticas Sociais e Educação Especial deve ser cursada no oitavo semestre.

Especialmente no caso da disciplina de Políticas Sociais e Educação Especial, talvez a oferta nos primeiros semestres do curso permitiria ao estudante relacionar aquilo que aprendeu com os demais componentes curriculares do curso. Ademais, um conhecimento mais abrangente da temática antes dos estágios proporcionaria um pouco da segurança que os estudantes precisam para enfrentar suas primeiras experiências de sala de aula.

Por fim, para além do público da Educação Especial, é importante considerar as disciplinas de Relações Étnico-raciais e ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, de Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo como disciplinas vinculadas a Educação Inclusiva. Afinal, inclusão é uma prática que prevê a inclusão de todos e todas.

US 2 - A preparação para trabalhar com estudantes atípicos

A pergunta inicial do questionário buscou saber se o discente da Pedagogia, de posse da formação adquirida no decorrer do curso, se considera preparado para trabalhar em sala de aula regular com estudantes com Transtornos, Deficiências e Altas Habilidades ou Superlotação. Cerca de 80,8% dos discentes alegaram que os conhecimentos adquiridos no curso de Pedagogia não são suficientes para atuar com crianças e jovens atípicos. Vejamos abaixo algumas das respostas:

Eu sinto que não estou preparada para trabalhar com um público específico da Educação Inclusiva. O curso de Pedagogia oferta apenas as questões teóricas de como trabalhar com alguns aspectos, que não é um conteúdo tão profundo quanto deveria ser. Ao se trabalhar com a Educação Inclusiva, é necessário que nós, formandos, busquemos meios como especializações voltadas para a área a ser trabalhada e vivenciar experiências com educandos que fazem parte da Educação Inclusiva (Caliandra).

Não. Mesmo tendo realizado estágio com atividades pedagógicas voltadas para este público sei que as limitações e dificuldades são muitas e divergentes para cada caso de transtorno e só o que é debatido em aula na Universidade não nos prepara para saber o que fazer diante de cada comportamento ou dificuldade irregular que a criança apresente. A teoria que estudamos não nos deixa totalmente cientes do que fazer diante das situações que poderão ocorrer (Amarílis).

Não. Porque durante o curso temos poucos componentes curriculares que abordam essa relevante temática, e as que tem, infelizmente contam com pouco tempo para dar conta de tamanha discussão e preparação (Iris).

Não, porque vemos muito superficialmente as disciplinas voltadas para a Educação Inclusiva (Angélica).

Preparada não, pois as situações podem ser das mais inusitadas possíveis, devido às condições heterogêneas de cada criança. E vemos pouquíssimo do que abrange uma sala inclusiva, é apenas uma dia da disciplina no nosso currículo que trata desse assunto (Violeta).

Não diria que estou preparado, porque precisaria de uma formação mais abrangente na área, digo um primeiro contato prático, pois a prática é o que traz experiências e o aperfeiçoamento das ações, juntamente com a teoria. E nunca tive essa experiência prática na Educação Inclusiva (Girassol).

Tanto Caliandra, como Amarílis e Girassol compartilham de opiniões semelhantes ao afirmar que o curso não as capacita em virtude de trabalhar mais teoricamente. Contudo, podemos perceber também na resposta de Caliandra a consciência da necessidade de continuar buscando formação depois da conclusão do curso. Afinal, como destacam Amarílis e Violeta, as diferenças ou especificidades de cada estudante são imprevisíveis. Mesmo um curso muito qualificado não será capaz de prever todas as situações e dificuldades.

Outro ponto que precisamos evidenciar nas falas acima diz respeito a brevidade e superficialidade no tratamento dos temas da Educação Inclusiva. Iris e Angélica destacam isso e mostram também consciência acadêmica e profissional, pois percebem que é muito difícil abordar com profundidade temas tão complexos em tão pouco tempo.

Agora vejamos o que respondeu Jasmim:

Pela formação adquirida durante a graduação não, pelo fato que em poucas disciplinas são trabalhadas e falado sobre inclusão. Mas me sinto preparada que tenho experiência com surdos e tenho um aluno que sou apoiadora pela CIA - Comitê de inclusão e acessibilidade, que a UFPB me proporcionou e eu busquei mais conhecimento (Jasmim).

Jasmim, apesar de mencionar quase a mesma opinião que as demais entrevistadas, apresenta um dado muito importante: a existência do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), criado oficialmente no dia 26 de novembro de 2013 através da Resolução nº 34/2013 do CONSUNI. A sede fica em João Pessoa no Campus I e os demais contam com subsedes. Jasmim relata a importância do CIA na sua formação, pois além de poder atuar diretamente como apoiadora, também

lhe proporciona formação e estímulo na busca por novos conhecimentos na área.

Como se vê, nem só de disciplinas vive um curso. Outras experiências são importantes para a construção da identidade profissional do/a Pedagogo/a. O CIA, assim como outros setores podem e devem proporcionar formação e experiência em Educação Inclusiva. Podemos observar isso também nas respostas de Hortência, Helicônia e Melissa:

Acredito que sim. Após a conclusão do meu TCC nessa área de estudo da Educação Inclusiva (Hortência).

Eu procuro fazer cursos específicos voltados para Educação Inclusiva. Tendo em vista que apenas pelo curso de Pedagogia ele não dar suporte, mas é preciso termos autonomia para buscar formação continuada (Helicônia).

Acredito que nós nunca estamos preparados, trabalhar com Educação Inclusiva é sempre um grande desafio, pois nunca sabemos o que esperar, cada aluno tem uma necessidade diferente. Contudo, a formação adquirida no curso nos ajuda a lidar com o desafio e nos mostra formas de fazer uma Educação Inclusiva de qualidade (Melissa).

No caso de Hortência, ao se aprofundar nos estudos para a elaboração do seu TCC⁴, conseguiu acessar conhecimentos que as disciplinas não lhe proporcionaram. De toda forma, foi o curso através do TCC que a fez afirmar que se sente preparada para o exercício profissional. Por outro lado, embora Helicônia não se sinta preparada, ela nos lembra da importância da formação continuada. Ou seja, enfatiza a importância da construção de uma identidade profissional autônoma. De um docente que vai buscar cursos e conhecimentos mesmo depois da conclusão do curso.

Por fim, na fala de Melissa temos um novo elemento, pois ela não questiona a formação recebida no curso. Pelo contrário. Acredita categoricamente que recebeu uma boa formação para trabalhar com Educação Inclusiva. Melissa, tal como Hortência e Helicônia, entende a complexidade da área, mas revela ser capaz de enfrentar os desafios a partir da formação que recebeu no curso de Pedagogia do CCHSA da UFPB.

⁴ Aqui precisamos destacar o crescimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso na área da Educação Inclusiva nos últimos 5 anos no curso de Pedagogia do CCHSA da UFPB. Talvez seria muito profícua uma pesquisa para detectar qual fator foi preponderante para esse crescimento.



US 3 - Como deve ser a formação de professores voltada para Educação Inclusiva

Procuramos saber também como os estudantes pensam que deveria ser a sua formação visando o atendimento de estudantes com Deficiências, Transtornos e Altas Habilidades. Seleccionamos as seguintes respostas que julgamos mais pertinentes para serem apresentadas:

Deveria ter mais aulas voltadas para Educação Inclusiva (Caliandra).

Com mais componentes curriculares dispostos em diferentes níveis durante o curso. Inclusive, relacionando as discussões com o cotidiano da escola básica (Amarílis).

Ter mais componentes curriculares sobre o assunto e formações extracurriculares (Iris).

Os estudantes deveriam ter mais componentes curriculares que aprofundem mais o assunto durante o curso (Melissa).

Na ótica de Caliandra, ter mais aulas voltadas para a área de Educação Inclusiva contribuiria na formação qualificada do profissional da educação. Por outro lado, embora Amarílis, Iris e Melissa também sublinhem a necessidade de mais componentes curriculares, podemos observar que elas também se preocupam com as formações extracurriculares, inclusive argumentando a importância de se aproximar da educação básica. Afinal, como diz Mantoan (2003, p. 25), “todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças”.

Na resposta de Angélica encontramos um novo e importante elemento:

Uma formação que aproxime da realidade, pensando em equidade, não em igualdade. Formação com maneiras eficazes e sensível para com o público. Acredito que as formações tem visado muito em estratégias de deixar o aluno “ocupado” e naturalizando muito expressões como “a gente faz o que é possível” (Angélica).

Com a fala de Angélica percebemos a importância de enfrentar um problema muito comum: a integração e a segregação. Isto é, não basta ofertar acesso a escola regular. Os estudantes atípicos precisam receber a mesma educação que os

demais. Ela revela a importância do curso de Pedagogia na oferta de conteúdos, metodologias e estratégias capazes de formar profissionais que trabalhem pela aprendizagem de todos os estudantes. Diz Mantoan (2003, p. 43):

No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis.

Nas últimas falas que apresentamos nessa unidade, percebemos novamente a preocupação de uma formação que transcenda a sala de aula. Quer dizer, que coloque os estudantes da Pedagogia em contato com a Educação Inclusiva.

Acredito que deveria ter, além da parte teórica, uma experiência prática com o público da Educação Inclusiva (Violeta).

Foco em disciplinas específicas, ex: aprofundamento em Libras. pois só vemos Libras em um período (Dália).

Acredito que deveria ter pelo menos uma disciplina por período, além de cursos, oficinas e projetos de extensão (Girassol).

Como é possível perceber, Violeta, Dália e Girassol evidenciam a necessidade do enfrentamento prático dos desafios postos pela Educação Inclusiva. Inclusive do aprofundamento prático dos conhecimentos adquiridos com a disciplina de Libras. No caso de Girassol, temos uma sugestão diferente, que visa a inclusão de um componente curricular de Educação Inclusiva em cada semestre. Contudo, percebemos claramente a preocupação dessas estudantes com uma formação que promova cursos, oficinas e projetos que possibilitem a especialização na área em questão.

US 4 - As dificuldades enfrentadas pelos discentes do curso de Pedagogia quanto o tema é inclusão

Para trabalhar na Educação Inclusiva, os professores precisam ter conhecimentos para poder responder aos problemas que possam encontrar na sala



de aula e implementar as suas práticas. Nesse sentido, a formação inicial ganha importância, pois é nela que o estudante pode encontrar as respostas educativas à diversidade encontrada na escola. Na sequência, elencamos as respostas sobre os desafios enfrentados pelos estudantes do curso de Pedagogia em sua formação inicial:

Recursos para uma Educação Inclusiva e também uma formação emocional/ psicológica para lidar com as necessidades (Caliandra).

Falta uma equipe multidisciplinar, mais professores capacitados na área da Educação Inclusiva, mais disciplinas, estágios, oficinas, palestras, congressos. Infelizmente só temos Libras no início do curso e quase no final a disciplina de Políticas e educação especial (Amarilis).

Assim como vemos filosofia 1 e 2, história da educação 1 e 2, poderíamos aprofundar as duas disciplinas que são ofertadas no curso (Iris).

Disciplinas voltadas para a Educação Inclusiva com carga maior e, tirando a disciplina de Libras, professores mais preparados para abordar outros tipos de deficiências (Melissa).

Acho que nem mesmo os docentes estão preparados. Falta realmente repertório, só dois são capazes de mostrar toda a realidade, além das práticas que são inexistentes. E não acredito que só projetos de extensão e oficinas sejam suficientes, acho que necessita de mais professores com experiência nisso e mais disciplinas além de algum estágio na área que precisa ser de alguma forma obrigatório (Angélica).

Atividades práticas voltadas para essa área. A teoria não é suficiente para suprir tal necessidade (Violeta).

A verdade é que quando chegamos em sala de aula, a Educação Inclusiva é ainda mais desafiadora, principalmente quando não se tem ambientes adequados, recursos e apoio de gestores e pais. Então, como já falei, a gente vê o básico, mas quando se trata da prática e o dia a dia é muito desafiante (Dália).

Nas respostas acima temos alguns elementos que já apareceram antes. Mas isso serve para reforçar como os estudantes sentem que faltam mais disciplinas, mais formações, mais cursos, mais práticas e oficinas capazes de tratar dos temas da Educação Inclusiva com maior profundidade. Além disso, é interessante na resposta de Angélica a sugestão de um estágio obrigatório na área, visando uma aproximação ainda maior com o exercício profissional na Educação Inclusiva. Talvez, nesse caso, deveríamos pensar seriamente na sugestão de Mantoan (2003, p. 43, grifo nosso):

A reviravolta - que é bem mais complexa do que se pensa - na preparação de professores para a inclusão ainda não foi bem assimilada pelos que elaboram políticas públicas de educação, pelos que planejam ações para



concretizá-las, e é por essas e outras razões que estão sendo oferecidos cursos de especialização lato sensu sobre educação inclusiva e que se sugere a inserção da disciplina Educação Inclusiva em cursos de formação de professores e profissionais de áreas afins: Psicologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e outras. **Falta apenas ser criada uma habilitação específica nos cursos de Pedagogia!**

Vale ressaltar também que, quando perguntados sobre a interdisciplinaridade dos temas de Educação Inclusiva no curso de Pedagogia, 80,8% responderam que as disciplinas geralmente não dialogam com essa área. Essa talvez fosse uma política e prática do curso que poderia suprir a demanda dos estudantes. Afinal, apenas a criação de mais componentes curriculares não é garantia de melhorar a formação. Se o curso trabalhar de forma inclusiva e as disciplinas abordarem a inclusão desde a perspectiva de cada disciplina, então a chance de qualificar a formação dos futuros pedagogos e pedagogas é muito maior.

Contudo, chama atenção nessas respostas a preocupação com o corpo docente do curso de Pedagogia. Isso porque entendem que muitos dos profissionais não estão preparados para trabalhar com os temas específicos da área. Angélica, por exemplo, revela que percebe a falta de experiência com o atendimento de estudantes com deficiências, transtornos ou altas habilidades. Podemos observar isso também na fala de Jasmim:

Como aluna apoiadora de um aluno Autista e que tem vários transtornos, mesmo tendo psicólogo no NAE, ainda não supre as necessidades dos alunos que solicitam apoio, e os professores muitos não têm especialização para lidar com alunos PCD (Pessoas com Deficiência) ou com transtornos, ficam até nervosos sem saber como agir em algumas situações (Jasmim).

Aqui é interessante dizer que o curso não é focado em Educação Inclusiva, mas em Educação do Campo. Dessa forma, o corpo docente não tem uma formação focada nessa área. Talvez seria produtivo ofertar cursos e formações também para os professores do curso de Pedagogia. A formação dos professores é um ponto de partida que pode influenciar significativamente na consolidação da inclusão, visto que são eles e elas que atuam no dia a dia e fazem parte da inclusão desse público nas escolas regulares. Sant'Ana (2005, p. 233) salienta que “é necessária a redefinição de modelos de formação dos professores, com vista a contribuir para uma prática profissional mais segura e condizente com as necessidades de cada educando”. Sem avaliar e remodelar nossos cursos de formação inicial de professores, a Educação Inclusiva seguirá sendo apenas uma promessa distante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos nossa pesquisa, tínhamos como objetivo principal identificar a opinião dos graduandos do curso de Pedagogia do CCHSA da UFPB, se eles se sentiam preparados mediante a formação inicial para atuar em salas de aula regulares com crianças atípicas, após a conclusão do curso de Pedagogia. No decorrer do estudo, chegamos à conclusão de que a maioria dos estudantes não se sente preparada para trabalhar com a Educação Inclusiva, uma vez que, de acordo com as respostas ao questionário, existem poucas disciplinas em nosso curso que focam nesta área.

Como vimos, alguns apontam a baixa carga horária das disciplinas voltadas para a Educação Inclusiva, disponibilizadas na grade curricular do curso, como fator preponderante para uma formação deficitária. Outros alegaram inclusive que esse fator obriga os professores a trabalharem de forma rápida e sem tanta profundidade conteúdos que exigiriam muito mais tempo de discussão e elaboração.

Outro elemento muito destacado anteriormente é a falta de disciplinas mais práticas voltadas para Educação Inclusiva. Os participantes argumentam que seria interessante, no decorrer do curso, experimentarem em escolas ou outras instituições o trabalho pedagógico com estudantes atípicos. Nesse sentido, sugerem também a criação de um estágio obrigatório em Educação Especial Inclusiva.

Diante do exposto, entendemos que os cursos de Pedagogia precisam preparar melhor os futuros professores para que, ao concluírem a formação inicial, tenham aporte teórico de qualidade que os estimule ao interesse pela formação continuada e pela inclusão na educação. Além disso, fica evidente que esse tema deve ser discutido em outras disciplinas, pois assim os acadêmicos da Pedagogia podem adquirir os conhecimentos pedagógicos necessários para atender e promover a aprendizagem de todos e todas.

Atender o público da educação especial requer conhecimento, experiência e criatividade. A inclusão desses estudantes na sala de aula regular exige do pedagogo uma capacidade adaptativa que o ajude a construir estratégias pedagógicas que façam o discente atípico interagir com os demais colegas e a estudar os mesmos conteúdos.

Concretizar a inclusão é realmente um desafio que envolve sociedade, as instituições educacionais e a própria família. Contudo, a falta de uma formação qualificada dos educadores é o maior dos desafios. É muito comum ouvir de professores experientes que não se sentem seguros para atuar com estudantes atípicos. E, como vimos nos resultados da nossa pesquisa, os estudantes e futuros pedagogos também se sentem inseguros. Como dissemos nos resultados, talvez precisamos pensar, como sugere Mantoan (2003), na criação de cursos de Pedagogia com habilitação em Educação Inclusiva.

Assim, estimular mais pesquisas e debates sobre os cursos de formação inicial pode contribuir para uma reformulação desses cursos. Se acreditamos realmente na inclusão, então precisamos rever nossas práticas, nossas disciplinas e nossa organização. Vale lembrar que só aumentar o número de disciplinas sobre a temática não é o suficiente. A boa formação depende de uma mudança na forma de pensar e agir dos próprios professores dos cursos de licenciaturas. Uma disciplina não precisa tratar de um tema de educação especial, mas o professor tem o dever de pensar o conteúdo de sua disciplina focado em todas as diferenças que o futuro pedagogo vai encontrar na sala de aula.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Dulce Barros de. **Da educação especial à educação inclusiva?** A proposta de “inclusão escolar”. Anped, 2007.

BISSOLI-SILVA, C. S. **Curso de Pedagogia do Brasil:** História e identidade. 3 ed; Campinas: Autores associados. 2006.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)**. Brasília: Presidência da República, 1996.

BUENO, J. G. A. **Educação inclusiva e as novas exigências para a formação de professores:** Formação de educadores e avaliação educacional. São Paulo: UNESP, 1999.

DEIMLING Natalia Neves Macedo. A Educação Especial nos cursos de Pedagogia: considerações sobre a formação de professores para a inclusão escolar. **Educação Unisinos**. 17(3): 238-249, setembro/dezembro 2013.



FREITAS, S. N. **Formação de professores: interfaces entre a educação e educação especial**. São Carlos: EDUFSCAR, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: AVERCAMP, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar – O que é? Por que? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo, Memnon Edições Científicas, 2001.

_____. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 1998.

_____. Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. In: **Nova Escola**, maio 2005.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira e SOUSA, Sandra M. Zákia L. Inclusão escolar e educação especial: considerações sobre a política educacional brasileira. **Estilos da clinica**. [online]. 2000, vol.5, n.9, p. 96-108.

POCKER Rosimar Bortolini, et.al. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M.; FREITAS, M. N. C. Educação Inclusiva: Um olhar sobre a formação docente. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, Out.-Dez., 2016.

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em estudo**, Marília, v.10, n.2, p.227-234, 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Conferência Mundial de Educação Especial, 1994.